

GDAT: Advogados aguardam posicionamento da AGU quanto a possível acordo



JURÍDICO INFORMA GDAT

Em reunião realizada na terça-feira (29/9) com a ANFIP, os advogados Aldir Passarinho e Aline Melo Franco explicaram como está o andamento do pedido de acordo realizado à Advocacia Geral da União (AGU) referente à parcela controversa das diferenças da GDAT em relação aos beneficiários da Entidade. Também participaram da reunião o presidente Décio Bruno Lopes, os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Jurídico) e o advogado Rodrigo Cartafina.

Aline Franco relatou as duas reuniões já ocorridas na Procuradoria Regional da União (PRU) a fim de receber, por parte deles, alguma proposta de conciliação. A advogada relatou que todos os documentos dos exequentes já foram encaminhados, incluindo valores iniciais, valores atuais e os depositados em conta, assim como o acréscimo complementar, já que o valor do precatório se alterou ao longo do tempo em decorrência dos juros, e os pontos controversos. Segundo Aline Franco, os advogados da União concordaram não

haver viabilidade do recurso deles, porém buscam mais economia para a União, o que eles chamam de vantajosidade. “Na reunião, solicitei a proposta deles, inclusive que tragam de forma clara o que quer dizer mais economia”, relatou.

Os advogados da União informaram que apresentarão dois tipos de proposta, uma na regra geral, colocando todos com deságio, situação que teria resultado mais célere, e uma proposta individualizada. Apesar de sinalizarem essas possibilidades, a proposta não foi encaminhada oficialmente. A advogada Aline Franco quer garantir que essas reuniões e os anúncios que sinalizam a apresentação de propostas não sejam para protelar ainda mais o andamento do processo. “Estamos aguardando para saber qual é a proposta. Se é viável, se eles não vão ultrapassar o direito individual de algum associado ou de herdeiro”, disse. Uma nova reunião, com a participação da ANFIP, já foi solicitada à AGU.

“É nosso interesse oferecer essa proposta de acordo aos associados. Como muitos são idosos, eles querem esse

dinheiro e precisamos fazer o melhor possível para eles receberem em vida. Que a gente possa discutir com a AGU para que as coisas aconteçam no menor prazo possível. Precisamos alinhar isso e estamos juntos com o mesmo objetivo”, frisou a vice-presidente de Assuntos Jurídicos aos advogados.

É importante ressaltar que, independentemente da apresentação de um acordo, o processo tramita normalmente. “Enquanto não houver nada concreto, toca-se o processo normalmente. O processo não vai paralisar para fazer negociação. Se em algum momento chegarmos próximo de uma negociação, aí sim podemos cogitar paralisar para um acordo. A cautela manda seguir”, garantiu Aldir Passarinho, apesar de a AGU ter prazo para apresentar uma proposta.

A ANFIP e os advogados aguardarão um posicionamento da AGU nos próximos dias. Uma nova reunião já está agendada e, caso não recebam um retorno dos advogados da União, o grupo discutirá uma nova estratégia para solucionar o caso o mais rapidamente possível.

**Lançado Concurso de Contos,
Histórias e Poesias**
Página 2

**Debate demonstra importância da
Seguridade Social**
Página 3

**Tudo sobre a Reforma
Administrativa em um só lugar**
Página 4

ANFIP lança I Concurso de Contos, Histórias e Poesias



A ANFIP abriu as inscrições para o I Concurso de Contos, Histórias e Poesias para os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Em meio ao contexto ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, a ideia surge com o intuito de estimular o desenvolvimento cultural e a formação lúdica e humanística da categoria, transformando suas experiências em arte literária e promovendo a valorização dos associados, sobretudo durante o período de isolamento e distanciamento sociais.

O regulamento do evento, contendo todas as detalhes necessários aos interessados, pode ser acessado [AQUI](#).

As produções enviadas poderão ser cadastradas nas categorias de Poesia e/ou Conto e História, e serão publicadas

em anonimato, respeitando a privacidade dos participantes e o sigilo entre os concorrentes.

Não há limite quanto à quantidade de trabalhos enviados por inscrito. Os conteúdos devem ser, obrigatoriamente, autorais e deverão seguir as especificações contidas no edital, caso contrário poderão ser desclassificados. Os critérios de avaliação serão baseados em criatividade, originalidade e desenvolvimento do tema, com duas fases de avaliação pelos jurados: primeiro a seleção dos 10 melhores trabalhos, segundo a escolha dos 3 primeiros colocados.

Serão premiadas as três melhores produções. Para os demais colocados será conferida menção honrosa.

- 1º lugar: R\$ 5.000,00;
- 2º lugar: R\$ 3.000,00;
- 3º lugar: R\$ 2.000,00.

As inscrições deverão ser realizadas até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 18 de dezembro, sendo desconsiderados cadastros após esse prazo. Poderão participar os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas já associados à ANFIP e os Auditores que venham a se associar à Entidade até a data de inscrição do evento.

Outras informações importantes podem ser acessadas no hotsite exclusivo do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP - [AQUI](#).

Participe!

3,17%: Decisão paradigma permite execução concomitante entre os MS 6864 e 4151



O ministro Ribeiro Dantas, relator dos Embargos à Execução do MS 6864, entendeu ser possível a permanência de exequentes que também fazem parte da execução do MS 4151, da extinta Fenafisp. Confira [AQUI](#) a decisão.

Para isso, o ministro excluiu da execução da ANFIP o período correspondente aos anos de 2000 e 2001, uma vez que as execuções do MS 4151 foram iniciadas tendo como marco final o mês de novembro/2001. Determinou, também, o abatimento dos valores pagos administrativamente, possibilitando a execução do resíduo, já que o marco final da execução do MS 6864 é novembro/2003.

Com isso, a ANFIP aguarda a entrega, por parte da Advocacia Geral da União (AGU), do termo de acordo do MS 4151 e informa que somente irá protocolar os pedidos de desistência após ter conhecimento desse documento. A Entidade entende que, com essa decisão, que provavelmente ainda será julgada pela Seção, se torna incabível a exigência, por parte da Procuradoria, da desistência da execução do MS 6864 para pactuar o acordo na execução da extinta Federação.

A ANFIP informa que há outras recentes decisões proferidas pelo ministro Ribeiro Dantas no mesmo sentido.

Expediente Linha Direta		 ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil UNIÃO E TRABALHO!
Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150 Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores. Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br	DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba EDITOR Ludmila Machado REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante. ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues	
EDITORACÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado		
 www.instagram.com/anfipnacional	 www.facebook.com/anfip.nacional	 www.twitter.com/anfipnacional
		 www.youtube.com/anfipoficial

Crises econômica e na Saúde reforçam importância da Seguridade Social

O futuro da Seguridade Social é incerto diante das várias formas de desmonte imputadas ao sistema. O assunto foi analisado na quarta-feira (30/9), em mais uma edição da Live – Série ANFIP. O presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, para debater o tema, receberam os especialistas Flávio Tonelli, advogado e assessor técnico da Câmara dos Deputados; Álvaro Sólon, Auditor Fiscal e ex-presidente da ANFIP; e Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Na abertura do evento virtual, Décio Bruno Lopes ressaltou a importância de se debater o futuro da Seguridade Social. “Este amplo sistema de proteção, provém, com seu orçamento próprio, os recursos necessários para o pagamento das despesas e dos benefícios e serviços relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social. Neste momento de pandemia, a Seguridade Social possibilitou a redistribuição de renda pela União, seja pelos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social, pelo Bolsa Família, pelos benefícios previdenciários ou pelos serviços básicos de saúde. Com isso, pudemos ver também a importância do SUS e dos serviços públicos para o enfrentamento e saída da crise”, destacou.

Segundo Flávio Tonelli, a pandemia da Covid-19 foi um momento que exigiu muito dos serviços prestados pela Seguridade Social. “Há um reconhecimento social do papel da Seguridade nesse processo, de quantas vidas o SUS salvou, de qual foi a capacidade de intervir, do apoio que conseguiu dar do ponto de vista da economia e da saúde, do acesso democrático que ajudou a salvar muitas vidas. Mas, no fundamental, vivemos num modelo onde grande parte das políticas públicas estão voltadas para o desmonte da Seguridade Social. Isso retira da Seguridade Social a capacidade de intervenção nesse momento”, disse.



Direito Constitucional

Álvaro Sólon, ex-presidente da ANFIP, ressaltou que o tema da Seguridade Social não pode ser discutido sem verificação dos princípios que levam à dignidade da pessoa humana e que norteiam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. “A Seguridade Social é uma política pública que não pertence aos governos transitórios de ocasião, ela pertence à sociedade brasileira”.

O Auditor Fiscal lembrou que, ainda hoje, o sistema não foi implementado em sua plenitude, porque desde o início, na Carta de 88, foi tentada uma vedação da utilização dos recursos da Seguridade para outras finalidades. “A grande discussão é que quem define as questões no Brasil é a área econômica. Com isso, nós temos, ao longo do tempo, um desmonte de todo o organograma da Seguridade Social à serviço dos interesses da banca financeira nacional e internacional”, enfatizou. Álvaro Sólon destacou, ainda, que a Seguridade Social tem sido a amortecedora das tensões sociais que norteiam o país, pontuando que “se não fosse por ela, nós já estaríamos na barbárie social há muito tempo”.

Nomesmo sentido, Márcio Humberto Gheller defendeu a importância do senso de coletividade e da solidariedade em um país tão desigual como o Brasil, e trouxe reflexões relevantes sobre a dinâmica econômica da Previdência. “Nós, como sociedade, precisamos

continuar a cultura previdenciária como uma garantia de cidadania, como um valor ético e constitucional, como um direito humano”.

Gestão da Seguridade Social

Ao se pronunciar, a presidente do IBDP, Adriane Bramante, falou sobre o impacto na Seguridade Social trazido pelas novas formas de contratação. “As empresas hoje estão demitindo os segurados e contratando MEI. Sem fundo de garantia, sem verbas trabalhistas, além do desemprego, tudo isso implica no custeio da Seguridade Social”, disse.

Bramante também criticou a falta de planejamento e o alto número de judicialização que impactam as contas da Seguridade. “É mal gerida! Falta planejamento de alguém que pense a Saúde, em modernizar o sistema. Por que não se utiliza essa tecnologia para a Saúde? Falta eficiência, integração tecnológica no sistema. Temos um gasto exorbitante dessa judicialização, dessa falta de planejamento”, afirmou.

Livro Análise da Seguridade Social em 2019

Durante a transmissão da live, o presidente Décio Lopes fez o lançamento da 20ª edição da Análise da Seguridade Social, publicação da ANFIP e da Fundação ANFIP, um estudo aprofundado que tem servido de norte para estudiosos, pesquisadores, operadores do Direito e também aos parlamentares. Os associados podem acessar a publicação [AQUI](#).

Assista a live completa [aqui](#).

ANFIP lança hotsite sobre a Reforma Administrativa



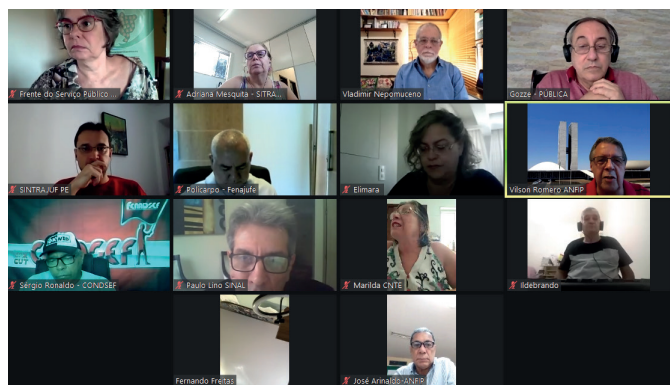
Em mais uma iniciativa para permitir o debate sobre a Reforma Administrativa, a ANFIP lança uma página digital (hotsite) exclusiva com dados e informações sobre a administração pública brasileira.

Além da íntegra da Proposta de Emenda Constitucional 32/2020 e sua Exposição de Motivos, o hotsite contém notícias, notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos e o mais amplo material sobre os diversos aspectos envolvendo o debate acerca das pretendidas mudanças na estrutura do serviço público nacional.

Tudo isso está disponível para parlamentares, entidades de classe, membros da academia e população em geral no endereço <https://www.anfip.org.br/reforma-administrativa/>.

Com a curadoria da Assessoria de Estudos Socioeconômicos e apoio das equipes de Comunicação Social e Tecnologia da Informação da ANFIP, a página digital também recebe sugestões de aperfeiçoamento pelo correio eletrônico ouvidoria@anfip.org.br.

ANFIP e Frente do Serviço Público organizam novas ações contra a PEC 32/2020



APEC 32/20 (Reforma Administrativa) foi pauta da reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizada na segunda-feira (28/9). Estiveram presentes, representando a ANFIP, o vice-presidente de Política de Classe e Política

Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Durante a reunião, coordenada pelo presidente da Pública Central dos Servidores Públicos, José Gozze, houve o chamamento para a participação das entidades no twittaço organizado pela Frente com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a defesa do serviço público.

Além do twittaço juntamente com os movimentos sociais, as entidades que integram a Frente têm promovido diversas lives e webinars para debater a Reforma Administrativa e esclarecer a sociedade sobre seus efeitos.

Na ocasião, Vilson Romero frisou que é importante que as lideranças pensem na possibilidade de cada vez mais construir uma forma de comunicação que dialogue com a sociedade, movimento a população e, acima de tudo, pressione os parlamentares, pois são eles que irão definir o futuro do serviço público.

Grupo Parlamentar do Fonacate avalia propostas de emendas à PEC 32/2020



O vice-presidente de Assuntos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram, na quarta-feira (30/9), da reunião da Comissão

Parlamentar do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

O encontro teve o objetivo de avaliar as propostas de emendas à PEC 32/20. Dentre as mudanças apresentadas pela proposta, que os integrantes do Fórum pretendem alterar por meio das emendas que estão sendo elaboradas, junto com a assessoria parlamentar, são o fim do Regime Jurídico Único (RJU), da estabilidade e as novas formas de contratação.

Durante a reunião, Vilson Romero ressaltou a importância do trabalho integrado por parte das entidades.

A comissão do Fonacate se reunirá novamente nos próximos dias para dar continuidade ao trabalho de construção das emendas.

Minissérie Nosso Estado debate o papel do Estado brasileiro

O primeiro episódio da nova minissérie Nosso Estado aconteceu na quinta-feira (1/10), sendo respondido pelos convidados qual é o Estado necessário, com foco em quatro áreas: Educação, Saúde, Segurança Pública e Desenvolvimento Econômico. O evento virtual foi realizado pela Agência Servidores em parceria com a ANFIP e outras entidades de classe.

Na estreia do programa, o presidente Décio Bruno Lopes, que participou como debatedor, ressaltou que discutir o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas é um dever de todos. “O Estado necessário é aquele que, definindo constitucionalmente quais as suas funções, traga resultados de prestação de serviços para o cidadão. O objetivo do Estado é prestar serviço à população, é tratar e distribuir o bolo tributário, distribuir a renda tributária para que não haja concentração de renda”, afirmou.

Segundo Décio Lopes, é preciso entender que há uma grande diferença entre Estado e governo. “Cabe ao governo desenvolver as políticas públicas de acordo com o que foi definido pela Constituição Federal, definir as políticas que sejam de interesse do povo”. Ele também explica que, mesmo que haja alternâncias dos governos de tempos em tempos, é preciso ter uma perenidade daquilo que sejam



os direitos dos cidadãos, principalmente a prestação dos serviços.

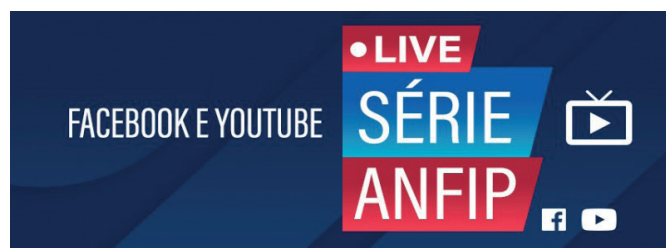
“Cabe ao governo traçar aquelas políticas que sejam de interesse da população, de interesse da prestação do serviço necessário para que todos sejam tratados, como diz a própria Constituição, iguais perante a lei e todos terem direito à repartição dos recursos tributários, das contribuições que toda a sociedade paga para que o Estado reverta esses tributos em prestação de serviços”, defendeu o presidente da ANFIP.

Assista [AQUI](#) o vídeo completo do debate e, também, acompanhe o cronograma dos próximos episódios em www.nossoestado.com.br.

Lei Geral de Proteção de Dados é o tema da próxima Live – Série ANFIP

A ANFIP realiza no próximo dia 14 de outubro mais um importante e atual debate: Lei Geral de Proteção de Dados - Impactos na vida do Cidadão. O encontro faz parte da Live - Série ANFIP, uma sequência de debates que tem colocado em pauta a discussão de assuntos sociais de grande relevância.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, recebem o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil, Moacyr Mondardo Junior, e os advogados Gabriela Gonçalves Teixeira e Marcelo Aparecido Batista Seba. A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer.



Anote na agenda: dia 14/10, às 10h. A transmissão será pelas redes sociais da ANFIP (Facebook e Youtube) e da Agência Servidores, parceira na realização das lives.

Lançadas mais três edições dos Cadernos da Reforma

O Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), da qual a ANFIP é integrante, em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, lançou na quinta-feira (1º/10) mais três edições dos Cadernos da Reforma Administrativa, a 11, 12 e 13, que tratam, respectivamente, do controle e burocracia profissionalizada, do assédio institucional no setor público e da proteção da segurança jurídica.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou o lançamento, transmitido pelo youtube. “O Fórum, com a série de 13 cadernos lançados até agora, contribui decisivamente para o importante debate de uma matéria de suma relevância para a sociedade brasileira em tramitação no Congresso Nacional através da PEC 32/2020”, destacou Romero.

Confira as publicações:

[Caderno 11](#) – A função controle e a burocracia profissionalizada no contexto reformista

[Caderno 12](#) – Assédio institucional no setor público e o processo de desconstrução da democracia e do republicanismo no Brasil

[Caderno 13](#) – Exame crítico da PEC 32/2020: dever constitucional de proteção da segurança jurídica

Prova de Vida de aposentados e pensionistas é suspensa até 31/10

A exigência da Prova de Vida anual (recadastramento) de servidores aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis de que trata a Portaria nº 244 e Instrução Normativa nº 45, ambas de 15 de junho de 2020, está suspensa até 31 de outubro de 2020. A determinação foi publicada na segunda-feira (28/9),

na Instrução Normativa nº 93, de 25 de setembro de 2020.

O objetivo da prorrogação é reduzir a possibilidade de contágio dos beneficiários que fazem o processo de recadastramento anual, que em sua maioria são idosos e considerados mais vulneráveis ao agravamento e

disseminação da Covid-19. A medida, no entanto, não afeta o recebimento de proventos e pensões dos beneficiários que fizeram aniversário a partir de janeiro de 2020 e ainda não fizeram a Prova de Vida anual.

Informações adicionais estão disponíveis no [Portal do Servidor](#).

BENEFÍCIOS

ANS suspende reajustes de planos entre setembro e dezembro

A ANFIP comunica aos associados usuários do plano de saúde Unimed Vitória que, por decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os reajustes do plano por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, aplicados entre janeiro e agosto de 2020, estão suspensos no período de setembro a dezembro de 2020. Para os beneficiários que mudarem de faixa etária entre os meses setembro a dezembro de 2020, também não haverá cobrança de reajuste neste período.

Com a decisão, deverá ser cobrado dos usuários o valor da mensalidade antes do reajuste anual/faixa etária aplicado este ano. AANS decidiu ainda que em 2021 será realizada a

recomposição dos efeitos da suspensão dos reajustes em 2020 e que, a partir de janeiro, serão cobrados os valores reajustados.

A decisão está no Comunicado nº 85 da ANS, tomada após a 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada. Para melhor orientar as operadoras de planos de saúde, a ANS disponibilizou uma série de perguntas e respostas relacionadas ao assunto, no seguinte link: [Perguntas & Respostas sobre o tema](#).

A Unimed Vitória informa que já está adotando as medidas necessárias para parametrizar os sistemas para cumprir a decisão da ANS. Em caso de dúvidas, os usuários podem entrar em contato pela Central de Atendimento no 0800 026 0080.

Jusprev promove encontro virtual com comunicadores de instituidoras



A ANFIP participou na quarta-feira (30/9) da live Juntos Somos a Jusprev, realizada para promover a integração entre os comunicadores das 87 associações instituidoras. O encontro foi conduzido pela gerente geral Deborah Maggio.

“A Jusprev foi criada para as carreiras jurídica. Mas a ANFIP, autorizada a ingressar como instituidora, trouxe um selo de credibilidade para a Instituição”, disse Deborah Maggio.

“Oferecer uma previdência complementar fechada, em que quem assina o contrato de adesão passa a ser um participante”, disse Maggio sobre um dos motivos de indicar a Jusprev para os associados. O benefício de ter o Planjus, plano exclusivo administrado pela Jusprev, é que somente os associados, familiares e vinculados podem aderir. Além disso, o Planjus tem baixa taxa de administração e não existe taxa de carregamento. Os valores depositados são todos repassados aos beneficiários.

“A Jusprev, diferentemente dos bancos, é uma fundação sem fins lucrativos, com consultores próprios para o atendimento direto aos participantes e interessados”, frisou a gerente geral. A instituição conquistou a marca de R\$ 300 milhões em patrimônio administrado. Este resultado coloca o Planjus entre os dez maiores fundos de pensão instituídos no Brasil, na categoria por patrimônio, conforme o ranking da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Quer fazer uma simulação? Clique [AQUI](#). Para solicitar um consultor, basta encaminhar um e-mail para consultoria@jusprev.org.br. A consultora da ANFIP é a Zuleide Miranda, que pode ser contata em zuleide@anfip.org.br ou (61) 9 9655-8978.

ESTADUAIS

Associada da ANFIP-CE recebe prêmio de Clube de Vantagens



A associada da ANFIP-CE Maria Aparecida Andrade Maia, ganhadora do sorteio realizado pela plataforma de benefícios ANFIP tem +Vantagens, recebeu sua cafeteira Nespresso.

O prêmio foi entregue na sede da ANFIP-CE, com a presença do presidente da Estadual, Gilson Fernando Ferreira de Menezes, e das vice-presidentes Eline Pires de Carvalho e Ercília Leitão Bernardo.

O sorteio foi realizado no dia 29 de maio, mas, devido à pandemia de coronavírus, a entrega foi possível somente agora, em setembro.

A ANFIP e a ANFIP-CE parabenizam a associada e informam que o Clube de Vantagens oferece descontos em centenas de produtos, nos mais variados estabelecimentos. Todos os associados e dependentes cadastrados podem usufruir deste serviço, que está em todo país. Acesse, confira e receba no conforto de sua casa – <https://anfip.temvantagens.com.br/login>.